

Magallón-Rosa, R. (2021). *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade*. Média XXI/Formalpress. 138 p. ISBN 978-989-729-224-8

Por: ANDREIA DA SILVA ALMEIDA

Doutorada em História Contemporânea

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

phd_historia@sapo.pt

ORCID: 0000-0002-3416-3567

Do ano de 2021, data a edição em língua portuguesa da obra de Raúl Magallon Rosa, intitulada *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade*. É de mérito a tradução dada à estampa pela Media XXI – Formalpress, sobre um tema tão fulcral para o profissional da informação nos tempos que correm: a desinformação. É, contudo, um tema transversal, que não interessa apenas aos profissionais da informação, mas também a todas as ciências sociais, nomeadamente à História, como veremos adiante, e sobretudo a toda a sociedade contemporânea. Ao longo de dez capítulos, o autor centra-se no conceito e nos fenómenos da desinformação na sociedade actual, estabelecendo a influência da pandemia de COVID-19 em todo o processo, enquanto catalisadora de fenómenos variados e únicos.

Raúl Magallón Rosa é professor do Departamento de Comunicação da Universidade Carlos III, em Madrid, desde 2007. Foi também professor da Faculdade de Humanidades e Ciências da Informação da Universidade Europeia Miguel de Cervantes, entre 2006 e 2007. É especialista em jornalismo, sociologia da comunicação, comunicação e participação dos cidadãos em rede, comunicação digital, verificação, visualização e análise de dados. Magallón Rosa possui um doutoramento em jornalismo pela Universidade Complutense de Madrid e um pós doutoramento internacional em sociologia, pela mesma universidade, ao abrigo do programa de Bolsas Marie Curie. É autor de dois livros, ambos traduzidos para português. *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade* não foi o seu primeiro título traduzido para a língua de Camões. Em 2020, a Media XXI já havia publicado *Unfaking News: Como Combater a Desinformação* (Magallón-Rosa, 2020). O professor é também autor de dezenas de artigos académicos e capítulos de livros dentro das suas áreas de especialização.

A obra em análise reflete sobre a normalização dos processos de desinformação na esfera pública, observando em pormenor processos de natureza política, de natureza social (especialmente referente ao caso da imigração) e, sobretudo de feição científica, decorrentes da pandemia que assola o mundo desde 2019. Na primeira parte da obra, especialmente nos capítulos 1 a 3, Magallón Rosa centra-se nos principais problemas e atores da cultura de desinformação, nomeadamente nas empresas tecnológicas, nos estados e nos atores políticos, bem como nas diversas teorias da conspiração que servem de catalisador ao processo. Na segunda parte, respeitante aos capítulos 4 a 10, o autor tenta encontrar respostas, limites e alternativas aos problemas propostos, tentando delinear algumas perspetivas para o futuro.

A pandemia de COVID-19 constitui o laboratório ideal para o estudo dos processos de desinformação, que não foram criados por esta, apenas acelerados e viralizados à escala global. Este período tem, contudo, limitações, conforme sublinha o autor, relacionadas com a incerteza face à duração do fenómeno, bem como à sua instantaneidade, dado que tudo é demasiado novo, necessitando a ciência de tempo para investigar e analisar fenómenos sociais desta envergadura. O confinamento redefiniu, segundo o académico, a forma como nos aproximamos da informação, bem como a forma de circulação da desinformação. O professor aponta, também, para uma ligação estreita entre o medo e a desinformação, entre o alheamento físico da realidade causado pelo confinamento e o limiar de dúvida sobre os acontecimentos.

Ainda antes da pandemia, os estados e os representantes políticos estavam a perder o monopólio da informação e o poder a ele associado, bem como a capacidade para a disseminar e institucionalizar entre a população. Com o avanço das redes sociais existiu uma “democratização da informação” e, com ela, também se democratizou a desinformação. Essa desinformação pode ser produzida por diferentes motivos – económicos, sociais, científicos – mas sempre com o objetivo de dividir, de fragmentar a realidade na tentativa de dirigir camufladamente a opinião. As campanhas eleitorais e a desinformação política são exemplos claros deste fenómeno. Devido ao papel das redes sociais, observou-se o desaparecimento oficioso do dia de reflexão e uma fragmentação da verdade. A personalização dos conteúdos e dos anúncios pelas plataformas, como o *Facebook*, em função de categorias comerciais, sociais e económicas foram preponderantes neste fenómeno. Esta democratização da desinformação também fez surgir variadas teorias da conspiração, criando um “*tsunami* de desconfiança”, na opinião do autor. Não sabendo as pessoas em quem acreditar, tornam-se mais vulneráveis à manipulação. Na fase inicial da pandemia, devido à falta de

estruturas de reconhecimento, a desconfiança teve origem na comunidade, mas também nos representantes políticos.

No domínio da desinformação, as empresas tecnológicas parecem ter um papel cada vez mais importante, ressaltando Magallón Rosa a sua preponderância ao nível político. O autor aponta plataformas como a *Google* e o *Facebook*, gigantes da publicidade mundial, com clara influência ao nível da liberdade de expressão e informação nos países democráticos. A desinformação afeta também estas empresas, tendo como consequência a perda de confiança por parte dos utilizadores. Após a pandemia, o desafio destas plataformas estava em compreender como iam filtrar e limpar a distribuição de conteúdos gerados por terceiros. Nesse sentido, reuniram esforços para combater a desinformação face à COVID-19, embora a eficácia das mesmas nem sempre foi a esperada. Observe-se o caso da *Google*, uma das fontes mais importantes para verificar informações durante a pandemia e, ao mesmo tempo, a principal fonte económica dos *sites* de desinformação. Outro problema parece residir na falta de coordenação entre as diferentes plataformas, cada uma com a sua identidade empresarial e o seu modelo de negócio para atrair publicidade.

Se esta é a realidade no que é relativo às redes sociais, qual será o papel da imprensa? A imprensa viu-se a braços com novos desafios, para além de combater o sensacionalismo, ao nível das fontes utilizadas, da linguagem escolhida, das abordagens diversas e da capacidade para captar a complexidade, a dinâmica e a globalidade do fenómeno COVID-19. Por outro lado, o enfraquecimento da imprensa local fez com que, em parte, as redes sociais se tornassem uma fonte preferencial, mas pouco comprovada da realidade local. Contudo, a imprensa e os meios de comunicação social conheceram um grandioso efeito paradoxal: enquanto a audiência e os leitores duplicavam, as receitas de publicidade diminuía drasticamente por os anunciantes não quererem estar associados ao coronavírus. O autor alerta-nos, contudo, que o jornalismo e os jornalistas cumpriram positivamente a sua responsabilidade social, citando o relatório anual do *Reuters Institute*, granjeando a confiança das populações na cobertura mediática da pandemia, muito maior do que a relativa às redes sociais e aos políticos.

Outra questão colocada pelo autor é a seguinte: será que não estaremos a criar um fosso de desinformação entre aqueles que podem pagar assinaturas, *paywalls* e conteúdos *premium* e aqueles que não podem pagar? Por outro lado, o autor questiona até que ponto um meio de comunicação social não perderá credibilidade se não souber separar a informação de conteúdo pago, isto é publicidade, da informação independente. Na verdade, os meios

de comunicação social e as empresas tecnológicas competem pela publicidade, pelas audiências e pela capacidade de canalizar o discurso público. Dessa forma, segundo Magallón Rosa, será necessária uma cooperação entre meios de comunicação e plataformas tecnológicas para garantir a liberdade de expressão e o benefício económico dos mesmos, e assim sendo, liberdade editorial.

Segundo o autor, não é possível, hoje em dia, explicar a geopolítica e a economia sem compreender a desinformação. É de carácter internacional a chamada “cultura da desinformação”, existindo correspondências entre as narrativas de desinformação russas, chinesas ou iranianas, observando-se um novo cenário que Magallón Rosa apelida de “guerra fria informacional”. A desinformação é apenas uma parte de uma gama ampla e variada de atividades de influência antidemocrática, que visam desestabilizar as sociedades democráticas e as suas instituições.

Neste âmbito, o papel dos governos não foi o mais transparente, dado que estudos demonstram que o público recebeu informação errónea sobre a COVID-19 não só veiculada por teorias da conspiração ou informações falsas, mas também canalizada por mensagens precedentes dos governos. Muitos políticos utilizaram e utilizam o poder das redes sociais para os seus próprios fins, nomeadamente para espalhar a dúvida e a confusão, gerando desconfiança sobre os meios de comunicação social. Trump foi um exemplo cabal deste tipo de procedimento, servindo-se do *Facebook* para lançar anúncios pagos, na ordem dos milhões de dólares, defendendo a suas políticas, como as de imigração, e atacando os seus rivais políticos. Nesse sentido, e esboçando a realidade espanhola, o académico observa que, no país vizinho, enquanto 69,3% dos espanhóis confiava nas fontes sanitárias e científicas referentes à pandemia, apenas 0,6% confiava nos partidos políticos. E é nesse sentido que Magallón Rosa estuda o processo eleitoral americano enquanto ecossistema informativo único.

O autor oferece-nos o interessante conceito de “infodemia”, uma epidemia informativa a que estivemos sujeitos durante a pandemia. No caso espanhol, adianta-nos que a população aumentou notavelmente o consumo de informação através das redes sociais durante a pandemia, aumentando igualmente a utilização do telemóvel. Esta fase inicial de sobreconsumo de informação sobre o coronavírus parece ter sido prosseguida por uma fase de desconexão da informação, num processo de fadiga informativa. A razão para evitar as notícias incluíam o efeito negativo do ponto de vista psicológico, a falta de confiança nas notícias, a incapacidade de gerir a informação ou porque não era informação considerada relevante.

Neste novo ecossistema informativo, o papel dos *fact-checkers* tornou-se preponderante, enquanto profissionais de verificação de factos. Magallón Rosa ressalva o papel de algumas redes de jornalismo colaborativo, como a aliança #CoronaVirusFact do IFCN ou a LatamChequea-Coronavirus, que promoveram a excelência numa verificação dos factos não partidária e transparente. A pandemia teve como benefício a consolidação destas organizações jornalísticas com impacto nas notícias diárias e na expansão da verificação de factos. No que é concernente ao caso espanhol, em termos de verificação de factos, o autor refere a *Maldita.es*, uma organização jornalística sem fins lucrativos, e a *Newtral*, um projeto empresarial de conteúdo audiovisual. Nesse sentido, sublinha a necessidade de estas organizações evitarem a repetição da desinformação, colocando ênfase na verdade e focando-se apenas nos factos e não nos valores. Estas regras são essenciais, para o autor, no trabalho de verificação e despolarização da informação. A rapidez da comunicação pública das negações e a coordenação entre os verificadores seria fundamental para uma resposta rápida e global à desinformação.

Nos últimos dois capítulos, o autor brinda-nos com algumas perspetivas de futuro e formas de resolução dos problemas que se impõem ao novo cenário de “infonormalidade”. Um dos problemas é o perigo das leis anti-desinformação para a liberdade de expressão e informação, podendo acabar por restringi-las e corroer o equilíbrio democrático. Magallón Rosa refere a insuficiente resposta da União Europeia em termos de regulamentação da desinformação, centrando-se sobretudo sobre a realidade espanhola. E é, nesse âmbito, que deixa algumas sugestões para uma futura legislação a este nível. Essa regulamentação teria de abraçar questões como a literacia digital, medidas de segurança nacional, grandes dados e inteligência artificial, a limitação da liberdade de expressão, a regulamentação do discurso jornalístico e transparência na publicidade. As empresas tecnológicas desempenham, a este nível, um papel muito importante, devendo, segundo o autor, ser regulamentadas enquanto meios de comunicação social com a implementação de um código autorregulador obrigatório. Do ponto de vista político, defende uma transparência na publicidade eleitoral, cabendo ao Estado a garantia de um processo eleitoral democrático, reforçando a defesa, a coordenação e a literacia digital durante as campanhas eleitorais. E, sobretudo, é imprescindível a defesa da liberdade de informação e de expressão.

Muitas questões relacionadas com a desinformação durante a pandemia ainda estão em análise, tratando-se de um processo que ainda não terminou. Muitas questões se colocam para o futuro. A desinformação é um problema claro, nas nossas sociedades, e é interessante a chamada de atenção do

autor para o facto de estas narrativas procurarem instalar-se, transformando muitas teorias da conspiração em narrativas históricas, que poderão sobreviver no tempo e transmitir-se por gerações. Nesse sentido, a desinformação torna-se um instrumento para combater a história oficial e a memória coletiva e social. Por tal, este é também um problema do historiador, como já tínhamos feito menção no início deste artigo.

Magallón Rosa termina a sua dissertação com alguns conselhos. Na sua opinião, os atores políticos e as organizações dos meios de comunicação social devem liderar a luta contra a desinformação, tentando inocular o público contra as teorias da conspiração. As medidas tomadas pelas empresas tecnológicas, embora insuficientes, são parte de um novo cenário de responsabilidade. Um novo cenário positivo também parece desenhar-se com a existência de jornalistas especializados em desinformação, os já referidos *fact-checkers*. Na sociedade do futuro, o estudo e a análise da desinformação sanitária devem ser incorporados nos planos de estudo de literacia, no sentido de educar o público sobre como encontrar, avaliar, validar e corroborar informações de fontes fiáveis. O autor termina como uma questão pertinente, para nos deixar refletir: será que a verdadeira desinformação é aquela que deixámos para trás, antes da pandemia?

Esta dissertação centra-se num tema extremamente atual, com as limitações que tal origina, pese embora seja extremamente pertinente para compreender a sociedade de informação contemporânea. O autor baseou-se numa extensa bibliografia, essencialmente composta por estudos publicados em várias revistas científicas internacionais. Apesar de analisar, por vezes com mais pormenor, o caso espanhol, Magallón Rosa assenta o seu estudo sobre uma extensa bibliografia oriunda essencialmente da União Europeia, Estados Unidos e Reino Unido. É de louvar a tradução para português e a edição desta obra por parte da Media XXI. Peca, contudo, por apresentar inúmeras gralhas ao longo do texto e notar-se um certo esquecimento, nomeadamente na tradução de alguns gráficos.

Referências bibliográficas:

- Magallón-Rosa, R. (2020). *Unfaking News: Como Combater a Desinformação*. Média XXI/Formalpress.
- Magallón-Rosa, R. (2021). *Desinformação e Pandemia: A Nova Realidade*. Média XXI/Formalpress.